

ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DE DESTINOS TURÍSTICOS: UMA PROPOSTA TEÓRICA DE ADEQUAÇÃO DO MODELO DE CICLO DE VIDA DE ÁREAS TURÍSTICAS ÀS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE

ANALYSIS OF THE SUSTAINABILITY OF TOURISM DESTINATIONS:
A THEORETICAL PROPOSAL FOR ADAPTING THE TOURISM AREAS LIFE CYCLE MODEL TO THE DIMENSIONS OF SUSTAINABILITY

ANÁLISIS DE LA SOSTENIBILIDAD DE DESTINOS TURÍSTICOS:
UNA PROPUESTA TEÓRICA DE ADECUACIÓN DEL MODELO DE CICLO DE VIDA DE ÁREAS TURÍSTICAS A LAS DIMENSIONES DE LA SOSTENIBILIDAD

Mariana Cavalcanti Falcão

Universidade Federal de Pernambuco
marifalcao03@hotmail.com
Mestre em Administração (PROPAD/UFPE)
Bacharel em Hotelaria (UFPE)

Carla Pasa Gómez

Universidade Federal de Pernambuco
carlapasagomez@gmail.com
Pós-doutora em Sustentabilidade e Turismo
(NHTV Breda, Holanda)
Doutora em Engenharia de Produção (UFSC)
Mestre em Engenharia de Produção (UFSM)
Bacharel em Administração (UNISC)

Data de Submissão: 02/06/2011

Data de Aprovação: 16/05/2012

RESUMO

O TALC (*Tourism Areas Life Cycles*) proposto por Butler (1980) é um exemplo de estudos que se preocupou em criar parâmetros para avaliar a durabilidade da atividade turística de uma área em função do número de visitantes. Contudo se verifica em estudos como o de Rodríguez, López e Estévez (2007), a necessidade de adequar o TALC aos princípios do desenvolvimento sustentável, pois o mesmo é considerado ineficiente quando se trata do conceito de sustentabilidade de uma localidade. Assim, é objetivo deste estudo propor a adequação do TALC às dimensões da sustentabilidade para que, quando aplicados a áreas turísticas, obtenha-se um resultado integrado entre os estágios do ciclo de vida e o retrato da sustentabilidade. Esse trabalho se caracteriza como ensaio teórico resultante de pesquisa bibliográfica. A partir da construção do arcabouço teórico discutiu-se o modelo teórico em questão (TALC), a sustentabilidade de uma localidade assim como a caracterização de suas seis dimensões e seus possíveis indicadores e critérios de análise. Finalmente, o resultado se apresenta como um modelo de indicadores tanto para identificação de cada estágio do ciclo de vida, assim como um conjunto de 16 indicadores de sustentabilidade e 43 critérios de análise estabelecidos para avaliação de seis dimensões da sustentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Ciclo de vida de áreas turísticas. Sustentabilidade. Indicadores.

ABSTRACT

The TALC (Tourism Areas Life Cycles) model proposed by Butler (1980) is an example of studies that have focused on creating parameters to evaluate the sustainability of tourism in an area, based the number of visitors. However, it is seen in the studies by Rodriguez, Lopez and Estévez (2007) that there is a need to adapt the TALC to the principles of sustainable development, because it is considered inefficient when it comes to the concept of sustainability of a locality. The aim of this study, therefore, is to propose an adaptation to the TALC dimensions of sustainability, so that when applied to tourist areas, it is possible to obtain an integrated result between the stages of the life cycle and the portrait of sustainability. This work is characterized as a theoretical essay resulting from a literature search. Based on the construction of a theoretical framework, it discusses the theoretical model in question (TALC), the sustainability of a locality, and the characterization of its six dimensions and their possible indicators and criteria. Finally, the result is presented as a model of both indicators for identifying each stage of the life cycle, as well as a set of 16 sustainability indicators and 43 analysis criteria for assessing the six dimensions of sustainability.

KEYWORDS: Tourism Areas Life Cycles. Sustainability. Indicators.

RESUMEN

El TALC (Tourism Areas Life Cycles) propuesto por Butler (1980) es un ejemplo de estudio que se preocupó por crear parámetros para evaluar la durabilidad de la actividad turística de un área en función del número de visitantes. Sin embargo, en estudios como el de Rodríguez, López y Estévez (2007) se comprueba la necesidad de adecuar el TALC a los principios del desarrollo sostenible, pues el mismo es considerado ineficiente cuando se trata del concepto de sostenibilidad de una localidad. Así, es objetivo de este estudio proponer la adecuación del TALC a las dimensiones de la sostenibilidad para que, cuando aplicado a áreas turísticas, se obtenga un resultado integrado entre las etapas del ciclo de vida y el retrato de la sostenibilidad. Este trabajo se caracteriza como ensayo teórico resultante de investigación bibliográfica. A partir de la construcción de la fundamentación teórica se discutió el modelo teórico en cuestión (TALC), la sostenibilidad de una localidad, así como la caracterización de sus seis dimensiones y sus posibles indicadores y criterios de análisis. Para terminar, el resultado se presenta como un modelo de indicadores tanto para identificación de cada etapa del ciclo de vida, así como un conjunto de 16 indicadores de sostenibilidad y 43 criterios de análisis establecidos para evaluación de seis dimensiones de la sostenibilidad.

PALABRAS CLAVE: Ciclo de vida de áreas turísticas. Sostenibilidad. Indicadores.

1 INTRODUÇÃO

Embora as transformações e as ações percebidas em direção à sustentabilidade do desenvolvimento ainda pareçam lentas, a discussão em torno desse conceito começa a indicar novas diretrizes que refletem a preocupação acerca de uma nova maneira de enxergar o planeta a partir da constatação da finitude dos recursos. A noção de desenvolvimento passa a ser redesenhada e influenciada pelos três pilares da sustentabilidade: o econômico, o social e o ambiental, tão discutidos atualmente.

Diante desse contexto, o turismo apresenta-se como uma atividade econômica multidimensional, que tem o potencial de desenvolver locais de uma maneira mais sustentável para o governo brasileiro, por exemplo, o turismo é considerado um agente multiplicador do crescimento econômico; um setor econômico gerador de empregos que impacta positivamente na redução de violência do país; uma atividade que serve de porta de entrada para os jovens com diversos tipos de qualificação e um elemento fortalecedor da identidade do povo e da integração de diferentes culturas (MTUR, 2007).

Contudo os impactos sociais e ambientais negativos da atividade turística normalmente são excluídos do debate acerca do turismo em detrimento dos ganhos econômicos que ele proporciona (PAIVA, 1995), o que reitera o argumento da necessidade de se pensar o turismo de uma maneira mais sustentável.

Desse modo, um modelo amplamente discutido em pesquisas sobre o turismo é o modelo de ciclo de vida de destinos turísticos ou o TALC (*Tourism Areas Life Cycles*) propostos por Butler (1980) (RODRÍGUEZ; LÓPEZ; ESTÉVEZ, 2007). A relevância desse modelo teórico se dá uma vez que permite descrever e interpretar o desenvolvimento e a situação da atividade turística em função do tempo e do número de turistas em um determinado destino. Dessa forma, os gestores teriam em mãos uma ferramenta com a finalidade de evitar o declínio do lugar, tomando decisões e planejando o turismo de acordo com o diagnóstico resultante da aplicação do modelo (HOVINEN, 2002).

Rodríguez, Lopéz e Estévez (2007) diagnosticaram que a região Sul do Tenerife, principal ilha das Ilhas Canárias, encontrava-se no estágio de estagnação do ciclo de vida e tal fase apresentava implicações do desenvolvimento urbano acentuado acompanhado da perda da arquitetura tradicional local, poluição visual, problemas com os resíduos sólidos da ilha, congestionamentos; devastação de recursos naturais devido ao uso irregular do solo e má utilização de recursos esgotáveis como a água.

Como percebido por Rodríguez, López e Estévez (2007), embora o modelo de ciclo de vida de Butler (1980) aborde o desenvolvimento da atividade turística, ao longo do tempo não contempla aspectos da sustentabilidade baseada nos pressupostos do desenvolvimento sustentável, o que aponta para uma lacuna do TALC.

É perante essa lacuna que se percebe a possibilidade de adaptar tal modelo a avaliações das dimensões da sustentabilidade que forneçam resultados consistentes para o planejamento estratégico do destino turístico, visando a seu desenvolvimento de maneira sustentável, sendo esse o principal objetivo deste trabalho.

Para tanto, como objetivos específicos tem-se a construção de um arcabouço teórico acerca do modelo de ciclo de vida de áreas turísticas, a análise da sustentabilidade de uma localidade, além da investigação teórica acerca das seis dimensões da sustentabilidade individualmente, para que, assim, fosse possível estabelecer indicadores tanto das fases do ciclo de vida como das dimensões da sustentabilidade, e assim elaborar a proposta de adaptação do modelo. Esse trabalho se caracteriza como ensaio teórico resultante de pesquisa bibliográfica.

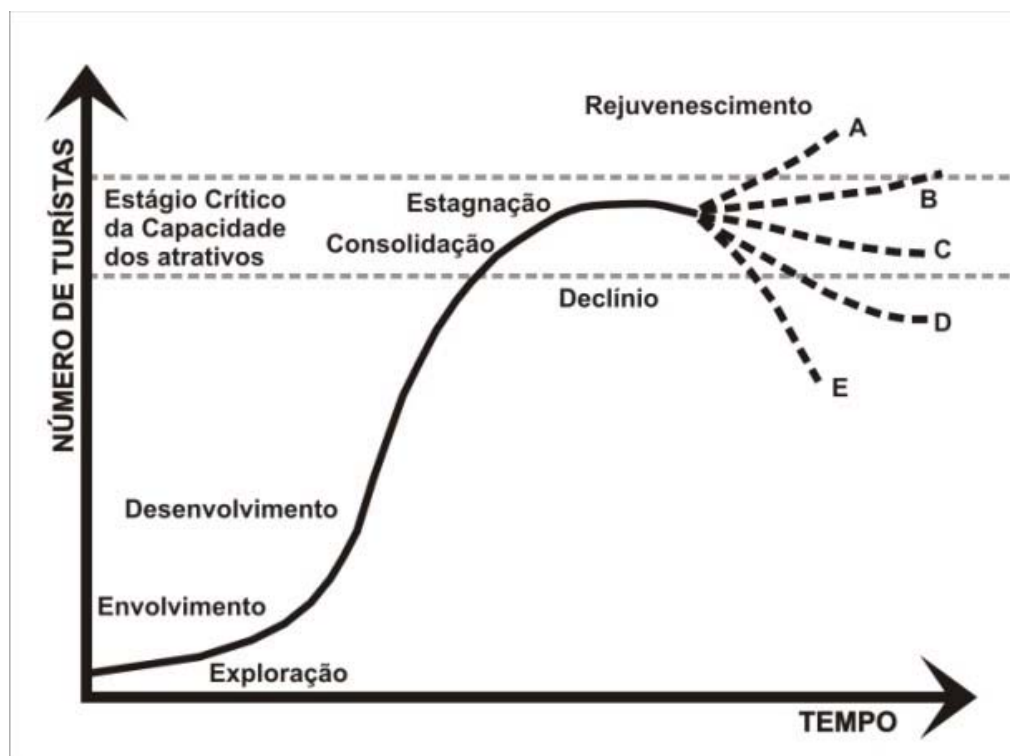
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O Ciclo de Vida de Áreas Turísticas

Segundo Butler (2004), o conceito de desenvolvimento sustentável para o turismo tem sido de grande importância ainda que, para o autor, este vem sendo muito mais teorizado do que operacionalizado. Levando em consideração essa limitação, não é muito difícil estabelecer ligações entre a necessidade de regulação e limitação do crescimento de destinos turísticos e o conceito de sustentabilidade do final do século XX (BARROS, 2005; BUTLER, 2004).

O Modelo de ciclo de vida de destinos turísticos, o TALC, como é conhecido, proposto por Butler, em 1980, tem atraído a atenção de muitos estudiosos (PIRES; DIAS, 2009; FRATA, 2007; RODRÍGUEZ; LÓPEZ; ESTÉVEZ, 2007; BUTLER, 2004; AGARWAL, 2002; 1997; LUNDTORP; WANHILL, 2001; WEAVER, 2000; TOOMAN, 1997) a respeito de sua aplicabilidade. A ideia central desse modelo é a possibilidade de identificar o estágio de desenvolvimento de um determinado destino a partir de seis fases distintas, como ilustrado na Figura 01.

Figura 01: Estágios do ciclo de vida do TALC



Fonte: Adaptado de Butler (1980).

A principal ideia do TALC repousa sobre a premissa de que a atividade turística possui um limite de crescimento e esse limite deva ser respeitado para que o destino turístico tenha condições de manter seus atrativos e, conseqüentemente, a durabilidade da atividade turística.

Tomando como base o ciclo de vida de produtos, argumenta-se que os destinos também podem apresentar uma curva de ciclo de vida. Essa curva indica um crescimento inicial lento seguido de um rápido desenvolvimento que é o topo do ciclo, porém, logo em seguida, abre-se caminho para um crescimento mais lento e um provável declínio (BUTLER, 1980; 2009).

Para Rodríguez, López e Estévez, (2007), o TALC sublinha a necessidade de um planejamento estratégico proativo que forneça base para uma tomada de decisão estratégica. Dessa forma, os seis estágios apresentados no modelo são: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e pós-estagnação (BUTLER, 1980). As fases que compreendem o período entre o estágio de exploração e a consolidação representam o crescimento do destino, enquanto que o estágio de estagnação representa um declínio gradual do número de turistas do mesmo (BUTLER 2009; AGARWAL, 1997).

O fim do ciclo é representado pelo estágio de pós-estagnação. Tal fase compreende um conjunto de cinco opções (representadas pelas curvas A, B, C, D e E da Figura 01) que um destino pode seguir. O declínio acontece se o mercado continuar a diminuir e o destino não conseguir competir com destinos turísticos mais recentes (curvas C, D e E da Figura 01). No entanto, se medidas como o replanejamento de atrações turísticas e dos atrativos ambientais, ou ainda o reposicionamento do destino no mercado global forem adotadas, a diminuição do mercado pode ser revertida e diferentes graus de rejuvenescimento serem estimulados (como apresentados nas curvas A e B da Figura 01 (AGARWAL, 1997).

Alguns destinos podem não seguir esses estágios precisamente, no entanto Butler (1980) e Tooman (1997) afirmam que os estágios do ciclo seriam uma tendência geral da maioria deles. Outras pesquisas sobre o tema têm considerado os efeitos de fatores exógenos e endógenos sobre o destino como, por exemplo, a negligência dos limites da capacidade de carga de seus atrativos naturais, causada pela resistência de atores locais no tocante ao estabelecimento de limites de visitas (AGARWAL, 1997; TOOMAN, 1997).

Logo, a primeira fase referente ao estágio de exploração de um destino corresponde a uma situação na qual o número de visitantes é reduzido e a infraestrutura turística inexistente. Destinos nessa fase apresentam potencial para o desenvolvimento da atividade turística devido aos seus atrativos naturais, porém não há estruturação nem planejamento da atividade turística (BUTLER, 1980), os destinos direcionados a ecoturistas geralmente encontram-se nessa fase. O segundo estágio, envolvimento, representa o momento no qual, devido a um aumento no fluxo de turistas, serviços e infraestrutura turística passam a ser oferecidos. Nesse período, os primeiros estabelecimentos de hospedagem são instalados, o acesso ao local passa a ser mais fácil, além do início da definição do mercado (BUTLER, 1980; AGARWAL, 1997). Já o terceiro estágio, o de desenvolvimento, caracteriza-se pelo contínuo crescimento do destino a partir de articulações entre representantes do *trade turístico* local, além de campanhas que promovem o destino, fazendo com que o número de turistas aumente (BUTLER, 1980; TOOMAN, 1997).

A fase de consolidação se destaca pela intensa comercialização do destino, ainda que o número de turistas continue aumentando, porém com menos veemência do que na fase de desenvolvimento (BUTLER, 1980), o marco entre a fase de consolidação e o próximo estágio, estagnação, é o início do declínio na quantidade de turistas do destino. Por isso, a fase de estagnação do TALC caracteriza-se principalmente pela redução parcial do número de turistas, além das capacidades de cargas dos atrativos turísticos que passam a ser excedidas (BUTLER, 1980). Finalmente, o estágio de pós-estagnação consiste em duas possibilidades, a primeira refere-se ao declínio, em que o destino perde sua atratividade inicial devido principalmente à degradação dos atrativos naturais, resultando diretamente na diminuição expressiva da quantidade de turistas no destino (BUTLER, 1980; TOOMAN, 1997). Ainda de acordo com os autores, o rejuvenescimento corresponde à segunda possibilidade do estágio de pós-estagnação. Nessa fase o destino passa por uma reestruturação dramática, na qual uma série de atrativos artificiais é criada para atrair novamente os visitantes.

A relevância acadêmica do TALC pode ser percebida por meio da utilização e das adaptações por diversos pesquisadores que objetivam testar a aplicabilidade do modelo. Contudo é importante ressaltar as principais limitações e potencialidades que esse modelo recebe em relação à sua aplicabilidade. A principal baseia-se no aspecto preditivo, como exposto no próximo item sobre o TALC e suas limitações.

2.2 Análise da Sustentabilidade de uma Localidade

Na busca pela sustentabilidade é imprescindível que a localidade seja analisada de acordo com seu contexto e suas demandas locais. Martins e Cândido (2008, p. 34) afirmam que “o desenvolvimento sustentável exige posturas diferenciadas conforme a realidade (ambiente) em que se pretende interagir e intervir, ou seja, as interações homem-natureza se desenvolvem de forma peculiar e exigem posturas adequadas às características do ambiente”.

Desse modo, os envolvidos nesse processo devem buscar adequar as ações visando ao desenvolvimento, considerando as oportunidades e os desafios regionais. Por isso, sistemas de indicadores adaptados à própria realidade devem ser visados.

Os indicadores de sustentabilidade são ferramentas-chave para as tomadas de decisão dos diversos atores (gestores, políticos, membros da comunidade) que, por sua vez, precisam se situar no processo de desenvolvimento sustentável. Os indicadores também se destacam pela possibilidade de despertar o interesse público à medida que podem sintetizar informações complexas de modo mais ilustrativo e também por evidenciar a necessidade de estabelecerem metas ao mesmo tempo em que auxiliam a avaliação do sucesso em alcançá-las (CÂNDIDO, 2004; TRENTIN; GRUBER, 2006).

No entanto Sepúlveda et al. (2005, p. 236) alerta que “os indicadores apresentam um modelo empírico da realidade, não a própria realidade”, mas devem ser coerentes com esta a partir de uma metodologia de medição que permita a leitura de dados tanto quantitativos quanto qualitativos que posteriormente sejam utilizados no apoio à decisão. Sepúlveda et al. (2005) apontam para alguns cuidados necessário na seleção dos indicadores para que não haja uma superestimação ou subestimação dos resultados, o que “condiciona diretamente a relevância de toda a análise” (p. 238).

Pode-se afirmar, então, que assim como a compreensão do desenvolvimento sustentável se dá em dimensões, os indicadores também devem ser agrupados, sendo possível que eles estejam

relacionados em uma dimensão, mas que seus resultados refletem o resultado de outro indicador em outra dimensão (por exemplo, o indicador “água potável” está presente na dimensão ambiental, ao mesmo tempo em que tem reflexo em indicadores relacionados à dimensão social). Martins e Cândido (2008, p.17) ressaltam que o que se busca é “compreender de forma sistêmica o processo de construção do desenvolvimento, incorporando os aspectos sociais, econômicos, políticos, institucionais, ambientais, demográficos, culturais, etc.”

Em relação à natureza dos indicadores utilizados para análise da sustentabilidade, estes podem ser tanto qualitativos como quantitativos. Segundo Bellen (2002, p. 30), “os indicadores mais adequados para avaliação de experiências de desenvolvimento sustentável deveriam ser mais qualitativos, em função das limitações explícitas ou implícitas que existem em relação a indicadores simplesmente numéricos”.

Em se tratando de indicadores para destinos turísticos Falcão, Farias e Gómez (2009) indicam três ferramentas de mensuração da sustentabilidade específicas para estas localidades, são elas: o *ecological footprint* do turismo, o barômetro da sustentabilidade do turismo e os indicadores de sustentabilidade para destinos turísticos da WTO (*World Tourism Organization*).

Tais indicadores vêm sendo testados em diferentes contextos. O *Ecological footprint* do turismo foi aplicado por Cordeiro, Körössy e Partidário (2010) na Região Autónoma dos Açores (Portugal). Além desses, outros, como o de Trentin e Gruber (2006), apresentam o impacto da atividade turística, utilizando a metodologia Pressão-Estado-Resposta (PER).

Em seu trabalho, Falcão, Farias e Gómez (2009) constataram que, de acordo com critérios preestabelecidos pelo estudo, a ferramenta mais adequada para tal mensuração seria os indicadores elaborados pela WTO, porém por se tratar de um conjunto de indicadores selecionados a partir da metodologia PER, essa ferramenta contempla as dimensões do desenvolvimento sustentável de maneira parcial.

Ainda no âmbito da atividade turística, foi constatado nos estudos de Faria (2007) e Delamaro et al. (2002) o uso de um conjunto de indicadores de sustentabilidade, quantitativos no caso do primeiro estudo e qualitativos no caso do segundo, para analisar a sustentabilidade de dois destinos turísticos distintos.

Sendo assim, para avaliação dessas dimensões é necessário estabelecer indicadores de sustentabilidade. Neste trabalho, além do conjunto de indicadores para cada dimensão, também foram propostos critérios de análise ou sub-indicadores que servem de base para o delineamento de seus respectivos indicadores. Matrizes de parâmetros também foram construídas para avaliação dos critérios de análise, tomando como base recomendações do referencial teórico consultado.

3 PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO DO TALC ÀS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE

Diante das lacunas apresentadas anteriormente, percebeu-se a possibilidade de se adaptar o modelo de Butler (1980) e adicionar indicadores de sustentabilidade que pudessem oferecer uma avaliação das dimensões da sustentabilidade de um destino turístico.

Dessa forma, a adaptação referente aos estágios do TALC teve como principal fundamento as críticas levantadas por Agarwal (1997), de que o modelo não considera a sobreposição dos estágios, ou seja, segundo o autor, é difícil estabelecer o início e o fim de cada fase do ciclo de forma linear, como ilustrado por Butler (1980).

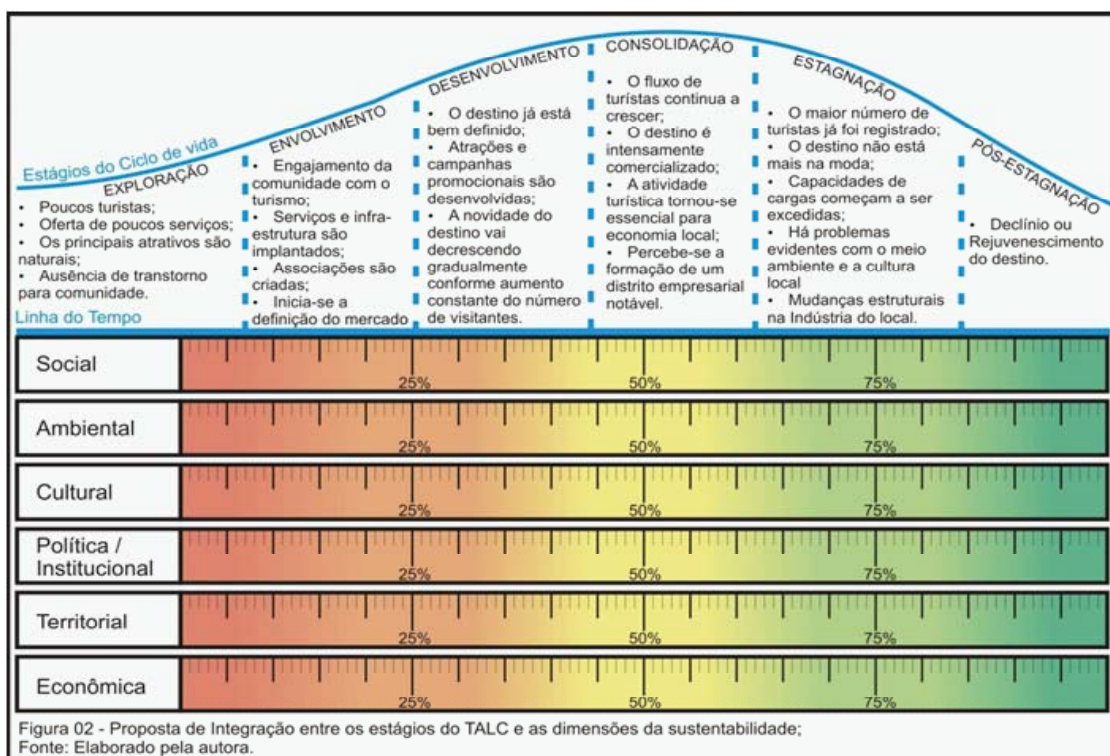
Com base nos estudos de Butler (1980), Agarwal (1997), Tooman (1997) e Lundtorp e Wanhill (2001) foram estabelecidos indicadores para os seis estágios do ciclo de vida do TALC por Butler (1980). É importante ressaltar que a adequação do TALC proposta neste trabalho considera a sobreposição dos estágios, que podem ser identificados de acordo com os indicadores estabelecidos. Nesse sentido, as linhas tracejadas que separam uma fase da outra corresponde à intermediação e à interação entre elas, conforme pode ser observado na Figura 02.

Em relação à sustentabilidade do local, foram consideradas dimensões para melhor compreensão teórica e operacional desses conceitos, conforme recomendações de Sachs (2007). Assim, a análise das dimensões fornecerá aos gestores e aos atores locais de destinos turísticos

uma análise da sustentabilidade do lugar, uma vez que, conforme alertado por Paiva (1995), geralmente é a dimensão econômica do turismo que prevalece e faz com que este seja percebido como um vetor de crescimento. Porém se faz necessária a harmonia entre as diversas dimensões que compõem a sustentabilidade de uma localidade, quando se objetiva seguir em direção ao desenvolvimento sustentável.

Portanto a adaptação proposta neste trabalho para o TALC consistiu no levantamento de indicadores relacionados a cada fase do ciclo de vida de acordo com autores que aplicaram o modelo, além da avaliação de seis dimensões da sustentabilidade com base nos indicadores delineados para cada. Como resultado, obtiveram-se 21 indicadores relacionados aos estágios do ciclo de vida, além de 16 indicadores e 43 critérios de análise referentes às dimensões da sustentabilidade.

Figura 02: Proposta de integração do TALC às dimensões da sustentabilidade



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Como verificado na Figura 02, a identificação dos estágios do ciclo de vida deve ser definida tomando como base os indicadores relacionados com cada fase. Uma vez estabelecido em qual ou quais fases o destino se encontra, é possível estabelecer ações estratégicas para que a atividade turística continue crescendo.

Desse modo, além da análise da atividade turística do destino, a avaliação das dimensões da sustentabilidade possibilita identificar quais os pontos fortes e fracos em relação ao desenvolvimento sustentável do local, quais as melhorias devem ser realizadas e quais os aspectos devem ser levados em consideração para que o destino siga em direção ao desenvolvimento sustentável e não ocorram desequilíbrios entre os estágios do ciclo de vida e a sustentabilidade do local.

A seguir, são apresentadas cada uma das dimensões da sustentabilidade e os respectivos indicadores que foram propostos.

3.1 Dimensão Social da Sustentabilidade

A sustentabilidade social “aparece como uma preocupação relacionada à organização interna de cada sociedade humana e da comunidade mundial de nações cada vez mais interdependentes”

(SACHS, 2007, p. 288). Ao analisar a ideia de Sachs (2007), percebe-se que a base dessa dimensão recai sobre os preceitos primordiais de equidade e da democracia, para que se possa garantir a apropriação efetiva de todos os direitos humanos. Desse modo, segundo o mesmo autor, para que a sustentabilidade social seja obtida, deve-se: alcançar um justo grau de homogeneidade social, ter uma distribuição equitativa de renda, ter condições de oferecer pleno emprego e/ou autoemprego para a produção de meios de subsistência decentes e oferecer acesso equitativo aos recursos e aos serviços sociais.

Sendo assim, pode-se dizer que a sustentabilidade social não se refere somente ao que um ser humano (o indivíduo, o chefe da família ou a família) pode ganhar, mas como ele vai conseguir manter uma adequada e decente qualidade de vida para si e seus familiares (CHAMBERS; CONWAY, 1992).

É, então, decisiva para a dimensão social que a oferta de serviços básicos como educação, saúde, segurança, transporte entre outros, estejam ao alcance do indivíduo, e a partir disso, é importante observar como esse serviços são abordados nas ações e nas estratégias públicas para o desenvolvimento, principalmente em relação à atividade turística, segmento econômico foco deste trabalho.

Santos et al. (2008), por exemplo, analisaram, com base na abordagem do ecodesenvolvimento, o plano estratégico do turismo de Pernambuco, intitulado "Pernambuco para o Mundo", e concluíram que, embora contemplasse todas as dimensões do ecodesenvolvimento, os seus esforços focavam em ações pontuais da dimensão social como geração de empregos, a partir da instalação de megaempreendimentos no litoral Sul do Estado, capacitação da mão de obra e investimentos em infraestrutura desses lugares. No entanto as ações foram pouco significativas, principalmente em relação à dimensão social, pois deixaram de contemplar aspectos necessários para se atender à proposta da abordagem de ecodesenvolvimento.

Sendo assim, o estudo contribui para que se entenda que o foco em aspectos técnicos da sustentabilidade social (FOLADORI, 2005) não garante a melhoria da qualidade de vida, geração de oportunidades e benefícios reais para as comunidades receptoras, fatores essenciais para o desenvolvimento local (CORIOLANO 2003; 2009; BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009). Nesse caso, é importante que, além de condições, acesso e serviços de infraestrutura, a contribuição do turismo à dimensão social da sustentabilidade esteja vinculada à possibilidade de um padrão justo de desenvolvimento, a uma melhor distribuição de renda, o que diminui as diferenças sociais e, portanto, empondera os destinos (BARTHOLO, 2009; BENI, 2006).

Tendo em vista a dificuldade em estabelecer parâmetros de análise para essa dimensão devido à tênue relação que esta apresenta com as outras dimensões da sustentabilidade, entendeu-se que indicadores qualitativos adequados para análise da dimensão social da sustentabilidade de um destino turístico devem, além de retratar o potencial da comunidade para manter sua qualidade de vida, (BARTHOLO, 2009; SACHS, 2007; BENI, 2006; CHAMBERS; CONWAY, 1992), avaliar como a dinâmica do turismo contribui para a sustentabilidade da localidade (BARTHOLO, 2009).

Em relação à análise da qualidade de vida de uma população, tem-se um assunto amplo que pode ter vários direcionamentos. Herculano (1998), por exemplo, coordena uma discussão a respeito da subjetividade da qualidade de vida e quais indicadores poderiam determinar os patamares ideais. A discussão que a autora apresenta consiste em questionamentos do tipo: como garantir um patamar mínimo de dignidade e condição humana? Qual é este patamar e como defini-lo? Como determinar as necessidades básicas? E quem as determina? Buscando responder a essas perguntas, a autora entende como qualidade de vida:

A soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades: inclui a acessibilidade à produção e ao consumo, aos meios para produzir cultura, ciência e arte, bem como pressupõe a existência de mecanismos de comunicação, de informação, de participação e de influência nos destinos coletivos, através da gestão territorial que assegure água e ar limpos, higiene ambiental, equipamentos coletivos urbanos, alimentos saudáveis e a disponibilidade de espaços naturais amenos urbanos, bem como da preservação de ecossistemas naturais. (HERCULANO, 1998, p. 22).

Sendo assim, Herculano (1998) propõe um conjunto de indicadores de qualidade de vida que devem ter seu foco: nas condições habitacionais; qualidade educacional; qualidade da saúde;

condições de trabalho; diversidade e horizontalidade na comunicação social; qualidade do transporte coletivo; qualidade ambiental urbana e qualidade ambiental não urbana; qualidade, pluralidade e horizontalidade nos canais de decisão coletiva.

No que se refere ao aspecto da dinâmica do turismo, Beni (2006) recomenda como prioridade para a dimensão social diretrizes que devem ser levadas em consideração no planejamento do destino turístico, são elas: influência na dinâmica da população, capacitação para o turismo, educação, saúde e habitação.

Portanto, de acordo com a discussão teórica apresentada, foram estabelecidos dois indicadores que geraram grupos de critérios de análise distintos, cujo primeiro se refere ao indicador **qualidade de vida** e o outro, a **dinâmica do turismo no destino**. A relevância desses indicadores reflete, além das condições básicas de uma vida digna, como alertado por Herculano (1998), uma análise de como a atividade turística pode impactar no cotidiano da comunidade local. Dessa forma, no Quadro 01 são apresentados os dois indicadores e os seus respectivos critérios de análise, que são utilizados para avaliação da dimensão social da sustentabilidade.

Quadro 01: Dimensão social da sustentabilidade

Dimensão Social da Sustentabilidade	
Qualidade de Vida da Comunidade	Dinâmica do Turismo no Destino
Acesso à saúde	Densidade de Frequência Turística
Acesso à educação	Capacitação da população para o turismo
Transporte Público	
Habitação	

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A proposta de indicadores e os seus respectivos critérios de análise para a dimensão social encontram-se respaldados por aportes teóricos nacionais e internacionais principalmente de autores como Bartholo (2009); Sachs (2007); Beni (2006); Chambers; Conway (1992); Herculano (1998); dentre outros. No entanto é importante atentar para o fato da multinfluência das demais dimensões sobre os critérios de análise, portanto os critérios selecionados e aqui apresentados não consistem em aspectos fixos desta dimensão, podendo ser adicionados ou excluídos conforme adaptação de futuros estudos, inclusive no que diz respeito às matrizes de parâmetros apresentadas para cada critério de análise.

3.2 A Dimensão Ambiental da Sustentabilidade

A degradação ambiental é uma das principais preocupações do mundo atualmente, já que a consciência da finitude dos recursos naturais tornou-se um marco na discussão mundial sobre os limites do crescimento.

Muitas questões são discutidas sobre a dimensão ambiental da sustentabilidade. Segundo Foladori (2005), atualmente existem três interpretações principais das causas da degradação ambiental no planeta que seriam (1) tecnologias ineficientes (são necessárias tecnologias mais eficientes e processos limpos); (2) consumismo (o comportamento consumista esgota os recursos e gera os resíduos); e (3) pobreza (os pobres são considerados a causa e a consequência da degradação ambiental).

Cada interpretação requer diferentes políticas de diminuição de consequências ambientais, sendo a primeira e a segunda focadas em aspectos técnicos, ou seja, em investimentos em ciência e tecnologia que possam minimizar impactos negativos ao meio ambiente. Porém a terceira interpretação sugerida pelo autor é mais subjetiva e se inter-relaciona diretamente com todas as outras dimensões da sustentabilidade, mas principalmente com a social. Dessa forma, percebe-se uma discussão que retrata os aspectos técnicos e sociais da dimensão ambiental (FOLADORI, 2005) convergindo, assim, para o sentido de indissociabilidade das dimensões social e ambiental.

Para Jacobi (2003), a necessidade de se discutir a dimensão ambiental surge a partir do começo das reflexões entre as relações existentes entre ser humano e natureza, e das múltiplas possibilidades de defini-la como uma nova maneira de se perceber o planeta como um espaço em que interagem: natureza, técnica e cultura. Dessa forma, o principal argumento do autor gira em torno de que:

A reflexão sobre as práticas sociais, em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, envolve uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental. A dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar. (JACOBI, 2003, p. 190).

A educação ambiental, nesse caso, seria a mola propulsora da sustentabilidade ambiental, assim como a articulação entre os atores que fazem parte dos muitos sistemas de conhecimento da sociedade.

Sachs (2007), por sua vez, sugere como critério principal da dimensão ambiental o respeito e o aumento da capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais. É importante acrescentar que o autor também atenta para o fato de que muitas vezes a questão ambiental se sobrepõe à dimensão social, e embora a preocupação com o meio ambiente seja indispensável para noção de sustentabilidade, ela não pode servir de substituto para a equidade social.

Em relação à atividade turística, Beni (2006) percebe a dimensão ambiental como uma dimensão ambígua que ora é o “produto turístico” em si e ora é o resultado do processo de uso dos atrativos, serviços e outras atividades relacionadas ao turismo. Tal ambiguidade remete a estudos de capacidade de carga, tanto para conservar o “produto turístico” como para identificar e estipular a quantidade e a organização de muitos estabelecimentos fornecedores de serviços turísticos em um determinado destino.

Por outro lado, o autor adverte para que o foco da preocupação dessa dimensão não seja apenas pontual e de curto prazo, porém que seja enfatizado um compromisso com a continuidade dos processos naturais de longo prazo, garantindo assim a disponibilidade dos recursos naturais às gerações futuras (BENI, 2006).

Com base na afirmação anterior, o autor assinala seis diretrizes que devem ser contempladas no planejamento turístico de um destino, são elas: proteção dos ecossistemas, resíduos sólidos, gestão de recursos hídricos e saneamento, poluição sonora e poluição visual. Nesse sentido, com base no exposto anteriormente, sugere-se que a dimensão ambiental seja analisada a partir de um conjunto de indicadores relacionados no Quadro 02.

Quadro 02: Dimensão Ambiental da Sustentabilidade

Dimensão Ambiental da Sustentabilidade		
Educação Ambiental	Conservação e Proteção do Produto Turístico	Gestão do Meio Ambiente
Acesso da comunidade à educação ambiental	Preservação dos recursos naturais	Preparação às emergências ambientais
Valorização do patrimônio ambiental	Capacidade de carga dos atrativos naturais	Gestão dos resíduos sólidos
	Poluição Visual	Gestão da energia
	Poluição Sonora	Conservação e gestão do uso da água
		Saneamento e gestão dos recursos hídricos

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Sabe-se que as discussões sobre a dimensão ambiental são mais complexas e interdisciplinares do que o debate apresentado nesta sessão, apesar disso, não se intencionou esgotar tal discussão, apenas compreender seus principais aspectos, para que fosse possível propor um conjunto de indicadores capazes de avaliar a dimensão ambiental da sustentabilidade de um destino turístico.

3.3 A Dimensão Cultural da Sustentabilidade

A cultura tem o potencial de ser vetor de desenvolvimento, e por isso é importante compreender que tal potencial perpassa por questões de valorização de identidades individuais e coletivas, coesão entre a comunidade e promoção das características culturais e peculiaridades locais como fator de crescimento para muitos territórios. Essas características podem ser aproveitadas por meio do turismo ou pela produção de produtos agrícolas e/ou artesanais locais para o desenvolvimento de uma determinada região.

Porém é importante olhar para a cultura não apenas pelo ponto de vista da inserção de produtos locais com viabilidade econômica ou tratá-la como um produto a ser consumido, é fundamental “compreender a cultura como um processo de criação de significados que oferecem sentido ao modo de vida das comunidades humanas” (VECCHIATI, 2004, p. 94).

Para Sachs (2007), a dimensão cultural do ecodesenvolvimento apenas será alcançada caso haja o equilíbrio entre o respeito à tradição e à inovação, e ainda, a partir da autonomia, da endogeneidade e da confiança combinada com uma abertura para o Mundo. Ou seja, é importante preservar as tradições e os costumes locais, ao mesmo tempo em que pese o contexto global atual gerenciando os impactos da globalização da economia mundial no modo de vida e na cultura local.

No turismo, a dimensão cultural ganha ainda mais destaque, uma vez que consiste no encontro com o outro. Desse modo, não são apenas os turistas que serão levados a conhecer outros lugares e costumes diferentes, mas são os receptores que também sentirão o impacto de outras culturas e por isso devem ter em mente sua identidade cultural, que muitas vezes é esquecida ou pouco valorizada (BARTHOLLO, 2009). Por isso, é importante que o turismo proporcione à comunidade um meio de afirmação da identidade local, conscientizando-a e motivando-a acerca da importância de sua cultura e da preservação do patrimônio material e imaterial (BARTHOLLO, 2009).

A dinâmica cultural em que o turismo está inserido deve ser observada com cuidado, uma vez que o maior paradoxo dessa atividade é de que ela põe em contato pessoas que não enxergam a si mesmas como pessoas, mas como portadores de funções precisas e predeterminadas (BARRETO, 2003).

A substituição da cultura local por uma cultura emergente também deve consistir nas preocupações acerca da dimensão cultural, uma vez que essa permutação, além de consistir num aspecto negativo para a identidade do lugar, também significa a perda de opções de captação do fluxo de turistas, pois se sabe que os aspectos culturais são elementos fundamentais do produto turístico (BENI, 2006).

Um exemplo de como a inovação pode se tornar fonte de competitividade para o destino é observado no trabalho de Falcão, Santos e Gómez (2009), ao analisar o destino turístico de Porto de Galinhas, litoral Sul do Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. As autoras encontraram a mobilização de atores locais para atrair visitantes por meio de inovações do produto turístico, ligadas diretamente à cultura local, como: circuito gastronômico criado pelos donos de restaurantes e chefes de cozinha da região; o desenvolvimento de um tipo de artesanato que só pode ser adquirido caso o turista esteja no destino; e, ainda, o projeto de um roteiro para passeios que teriam como temas as lendas dos locais - este último ainda em fase de desenvolvimento.

Desse modo, as principais diretrizes delineadas por Beni (2006) para a dimensão cultural consistem: na conservação da herança cultural, na conservação e no uso do patrimônio histórico, nos meios de interpretação e difusão cultural e na manutenção da autenticidade cultural.

Com base nas considerações de Beni (2006) e nas recomendações dos demais autores utilizados nesse referencial, entende-se que a dimensão cultural precisa ser valorizada e conhecida a partir do fortalecimento da **identidade cultural**, principalmente quando se trata de destinos turísticos (BARTHOLLO, 2009; VECCHIATI, 2004); do **equilíbrio entre a inovação e o respeito às tradições**,

uma vez que estes são critérios fundamentais para que haja manutenção e respeito das crenças locais (SACHS, 2007); e da viabilidade da **cultura como um atrativo turístico**, posto que, além de criar uma atmosfera para manutenção da cultura local, o destino também pode se tornar mais competitivo (BENI, 2006). No Quadro 03, é possível observar os indicadores e os seus respectivos critérios de análise.

Quadro 03: Dimensão Cultural da Sustentabilidade

Dimensão Cultural da Sustentabilidade		
Identidade Cultural Local	Equilíbrio entre a Inovação e o Respeito às Tradições	Cultura como atrativo turístico
Coesão entre a comunidade e a promoção da cultura	Preservação do patrimônio histórico-cultural	Promoção cultural do destino
Elementos (materiais e imateriais) da identidade cultural	Abandono de atividades tradicionais devido ao turismo	Interesse dos visitantes pela cultura local
	Conscientização do valor cultural	

Fonte: Elaborado pelas autoras.

De acordo com a discussão apresentada anteriormente, a dimensão cultural, ao mesmo tempo em que é geradora de patrimônio, consiste numa representação mais profunda que enaltece as peculiaridades e as características singulares de um povo, ou seja, sua identidade. Por isso, aponta-se a relevância dessa dimensão na análise da sustentabilidade, uma vez que, sem o sentido de identidade, perde-se o valor dos elementos (materiais e imateriais) presentes no local e, conseqüentemente, a viabilidade econômica acaba por se sobressair aos aspectos de pertencimento e de propriedade de tais elementos, o que faz com que a atividade turística seja uma atividade predatória e degradante.

3.4 A Dimensão Política-Institucional da Sustentabilidade

Abordar a dimensão política-institucional requer a compreensão de que esta abrange a articulação entre as instituições públicas, privadas e a sociedade (atores locais), seguindo critérios de representatividade, participação e coesão desses atores. Diante disso, recorre-se aos argumentos de Rocha e Bursztyn (2005) sobre a necessidade de participação da comunidade local no planejamento e na elaboração de políticas públicas.

Tais autores acreditam que “a cooperação dos tomadores de decisões locais com todos os atores e grupos relevantes da comunidade, é visualizada como uma pré-condição básica à obtenção do tão almejado desenvolvimento local sustentável” (ROCHA; BURSZTYN, 2005, p. 7). Da mesma forma, Irving (2002) argumenta que a participação social no processo de tomada de decisão representa uma condição *sine qua non* à sustentabilidade e à legitimidade de qualquer ação ou projeto de planejamento que siga em direção ao desenvolvimento sustentável.

Sachs (2007) acredita que a sustentabilidade política-institucional deve contemplar aspectos da coesão social; capacidade de implementação de projetos do Estado em parceria com todos os atores sociais interessados; e uma democracia na qual o conjunto dos direitos humanos seja contemplado e, conseqüentemente, a comunidade beneficiada com a garantia de seus direitos. Beni (2006) complementa tal afirmação reforçando a necessidade de que a estrutura política-institucional deve estar fortalecida para ser eficaz em sua tarefa de atender à sustentabilidade.

Para um setor econômico como o turismo, tal articulação é ainda mais relevante, uma vez que “a complexidade das ações e a interdependência dos setores requerem convergências e sintonias difíceis de ser construídas e implementadas” (BENI, 2006, p. 115).

Nesse ponto, é necessário criar critérios de análise que reflitam o potencial que a comunidade tem de definir seus próprios problemas (BARTHOLO, 2009; DELAMARO et al., 2002). Em sua análise de projetos de desenvolvimento turísticos, Irving (2002) percebeu que, quando há a participação da comunidade local, há mais vantagens no processo, como o conhecimento dos problemas locais e ainda a adequação do tempo do projeto ao tempo de resposta dos beneficiários, ou seja, a apropriação do projeto pela comunidade diminui as implicações negativas das mudanças dos representantes políticos desses locais em intervalos pequenos de tempo.

Optou-se, assim, por estabelecer indicadores político-institucionais baseados na **organização da comunidade**, que significa a tentativa de compreender a articulação e a coesão desses atores; no **planejamento da atividade turística**, que procura identificar como se dá a participação dos atores locais neste processo; e no **processo de tomada de decisão coletivo**, procurando, assim, ilustrar a participação da comunidade nos problemas locais. O Quadro 04 apresenta os indicadores e como foram organizados os critérios de análise de cada indicador.

Quadro 04: Dimensão Político-Institucional da Sustentabilidade

Dimensão Político-Institucional da Sustentabilidade		
Organização da comunidade	Planejamento da atividade turística	Processo de tomada de decisão coletivo
Articulação dos atores locais	Participação dos atores locais no planejamento turístico do destino	Participação da população no processo de tomada de decisão
Conflitos de interesse existentes entre os atores locais	Entidades e instituições ligadas à atividade turística	Acessibilidade da população aos representantes do poder público

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Assume-se assim que a sustentabilidade político-institucional e seus indicadores se apresentam como uma condição fundamental para o processo de desenvolvimento e planejamento da atividade turística de um destino. Contudo tal sustentabilidade parte do pressuposto que haja atenção em relação aos interesses coletivos e aos processos decisórios, resultando na capacidade institucional dos atores locais para implementar as decisões escolhidas por eles.

3.5 A DIMENSÃO TERRITORIAL DA SUSTENTABILIDADE

A intensidade da dinâmica social, política, cultural, ambiental e econômica em um espaço resulta em maneiras particulares de determinar territórios originais e ao mesmo tempo complexos. Rocha e Bursztyn (2005) acreditam que os territórios são resultados das formas específicas de interação social; da capacidade dos indivíduos, das empresas e das organizações locais promoverem vínculos dinâmicos; da valorização dos sistemas naturais herdados e construídos; e das relações sociais e políticas.

Por outro lado, ao analisar essa dimensão da sustentabilidade, Sachs (2007) observa-a como sendo uma avaliação na qual o foco encontra-se na distribuição espacial das atividades humanas e na configuração rural-urbana estabelecida num determinado espaço. Os critérios que o autor sugere para que seja alcançada a sustentabilidade dessa dimensão são estabelecidos com base no equilíbrio da configuração rural-urbana; nas melhorias dos ambientes urbanos; na tentativa de superar as disparidades inter-regionais; na conservação da biodiversidade por meios de estratégias ambientalmente saudáveis.

Em relação à atividade turística, é preciso lembrar que “o espaço é transformado, acompanhando os movimentos da sociedade de reprodução ou de mudança, num processo onde a ocupação do território se faz de modo não uniforme, e seu uso efetiva-se através de mediações várias” (BARTHOLO, 2009, p. 6).

Dessa forma, Beni (2006) relembra que o espaço do destino turístico em si deve ser ordenado para que haja conservação dos atrativos, disponibilidade de serviços e manutenção da qualidade da paisagem. Segundo o autor, a especulação imobiliária é responsável por pressões no território, que acaba por se desenvolver de forma desordenada, contribuindo para a ocupação em lugares impróprios, o que pode vir a comprometer tanto a paisagem local como a capacidade de carga do destino.

Isso implica, portanto, um olhar para a dimensão territorial da sustentabilidade sob a ótica da maneira pela qual o turismo interfere nos espaços ocupados e construídos. Os principais aspectos encontrados nessa dimensão, com base nos autores supracitados, sugerem que esta contemple a pressão da **especulação imobiliária no território** e o processo de **ocupação do espaço**. O Quadro 05 apresenta o conjunto de indicadores que foi definido para cada aspecto dessa dimensão.

Quadro 05: Dimensão Territorial da Sustentabilidade

Dimensão Territorial da Sustentabilidade	
Ocupação do espaço	Especulação imobiliária
Fiscalização das construções	Loteamento do território
Disposição dos serviços turísticos no destino	Pressão de Imobiliárias sob os lotes
Mobilidade/Acessibilidade	Articulação dos atores locais para evitar ocupações indesejadas

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Reforça-se a escolha dos indicadores anteriores, uma vez que a fragilidade da dimensão territorial reside na relação entre quanto mais espaço, mais visitantes, maior pulverização dos serviços e mais ganhos econômicos para a comunidade receptora. Logo, é importante conceber que a venda dos espaços de maneira desregulada e intensa acaba por interferir na dinâmica social, econômica, política, ambiental e cultural do território, ocasionando insustentabilidade tanto da atividade turística como do desenvolvimento sustentável do destino.

3.6 A Dimensão Econômica da Sustentabilidade

A ideia de que o crescimento unicamente da dimensão econômica deve ser abandonado em prol de um novo modelo que contemple outras dimensões, como já discutido neste capítulo, faz com que o desenvolvimento seja tratado como um processo multidimensional.

Uma importante consideração dessa dimensão é feita por Sachs (2007), quando o autor argumenta que o crescimento econômico vem sendo amplamente questionado nas últimas décadas, porém é o caráter selvagem do crescimento que deve ser questionado, uma vez que o crescimento econômico não é só importante, mas fundamental para as sociedades pós-modernas. Portanto uma maneira de amenizar sua natureza selvagem é a harmonia que deve existir entre os objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento adicionado de uma gestão do meio ambiente baseada principalmente na prudência (SACHS, 2007), aspectos estes que não são considerados no conceito tradicional de crescimento econômico.

Sendo assim, a preocupação deve ser nas desigualdades que existem no acesso às oportunidades de trabalho, à remuneração, à proteção e à participação social. O principal problema está em conseguir reconciliar os objetivos do progresso econômico, alimentado pelo aumento da produtividade do trabalho, com o imperativo de proporcionar oportunidades de trabalho decente para todos (SACHS, 2000). Desse modo, o autor ainda argumenta que a dimensão econômica deve estabelecer não apenas crescimento econômico, como também oportunidade de acesso para a comunidade por meio do trabalho decente.

Para que isso seja possível, é necessário que políticas de desenvolvimento configurem, entre outras coisas, em medidas que possibilitem a transformação de pequenos produtores em microempresários

a partir da simplificação burocrática, da redução de custos de registros e do acesso a créditos preferenciais - estes são exemplos de procedimentos essenciais para oportunizar os produtores a terem seus próprios negócios e, dessa forma, alcançar crescimento econômico (SACHS, 2000).

A viabilidade econômica do turismo deve habilitar os atores locais a fazerem com que a atividade turística prospere e ofereça benefícios para toda a comunidade em longo prazo. Nesse caso alguns requisitos devem ser contemplados, como: entendimento do mercado (capacidade de enxergar novas tendências e se adequar a demandas do mercado), satisfação do visitante (contemplar elementos de satisfação dos visitantes que os façam recomendarem o destino e sentirem vontade de voltar), condições para as negociações (infraestrutura necessária para que o destino tenha sucesso), planejar e manter um destino atraente (preocupação com aspectos que passem uma boa imagem para os visitantes como proteção, segurança, qualidade do meio ambiente, etc.) e fornecer suporte aos negócios (oferecer recursos aos negócios do destino para que estes se tornem autossuficientes) (UNEP, 2005).

Já Beni (2006) considera a dimensão econômica como a capacidade de avaliar como as oportunidades econômicas de expansão da renda gerada pelo turismo estão sendo conduzidas em um determinado local. Para isso, o autor delinea quatro critérios para a sustentabilidade econômica de um destino turístico, são eles: geração e distribuição de renda, expansão da formação de capital, melhoria do balanço do destino das receitas e geração de postos de trabalho.

Tendo como base o referencial teórico exposto, percebe-se que a dimensão econômica da sustentabilidade deve contemplar indicadores relacionados ao potencial do local para geração de emprego decente para a comunidade, sendo o incentivo ao empreendedorismo uma das alternativas possíveis. É também importante, tratando-se de um destino turístico, que a viabilidade econômica da atividade turística seja também considerada assim como a avaliação das oportunidades de expansão da renda no destino.

Diante disso, os critérios de análise estabelecidos para a observação da dimensão econômica, do destino turístico foram agrupados nos seguintes indicadores: **incentivo ao empreendedorismo, viabilidade econômica da atividade turística e a capacidade de expansão da renda**. O quadro 06 contém os indicadores e seus respectivos critérios de análise.

Quadro 06: Dimensão Econômica da Sustentabilidade

Dimensão Econômica da Sustentabilidade		
Incentivo ao empreendedorismo	Viabilidade econômica da atividade turística	Capacidade de expansão da renda
Fontes de crédito para empreendedores locais	Infraestrutura turística	Participação da atividade turística na economia local
Capacitação e incentivo a abertura de pequenos negócios	Sazonalidade	Geração de empregos
Natureza dos negócios do destino		

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Aparentemente, a dimensão econômica da sustentabilidade pode ser considerada a mais importante comparada às outras dimensões observadas até aqui. Sua importância e imprescindibilidade não são objetivos desta discussão, porém se acredita que esta atrai mais a atenção dos planejadores e tomadores de decisão devido à viabilidade econômica a curto prazo permitida pela atividade turística.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, verificou-se e a ideia de que a atividade turística possui um limite de crescimento e esse limite deve ser respeitado, para que o destino turístico tenha condições de manter seus atrativos e, conseqüentemente, a durabilidade da atividade turística. Considerando-se que os destinos podem ser analisados como produtos e, como tais, podem apresentar uma curva de ciclo

de vida, a adequação do TALC às dimensões da sustentabilidade se mostrou uma possibilidade de ferramenta para gestão de destinos turísticos, que, além de fornecer um diagnóstico dos estágios de maturidade do “produto turístico”, oferece um retrato da sustentabilidade da localidade, com base nos indicadores para seis dimensões da sustentabilidade.

É importante enaltecer que, para que o modelo seja útil, para uma gestão mais eficiente e sustentável dos destinos turísticos, faz-se necessário observar como se dá a aplicação deste. É preciso estabelecer cenários que abranjam tanto uma situação ideal como a pior. Portanto o diagnóstico resultante da aplicação dos indicadores TALC infere que a preocupação do destino deve girar em torno da constatação se os limites das capacidades de carga dos atrativos turísticos estão sendo respeitados, para que haja a durabilidade da atividade turística.

A adequação do TALC às dimensões da sustentabilidade se apresentou como uma proposta viável para aplicação em destinos turísticos, embora a escassez da literatura que trate as dimensões da sustentabilidade tenha sido o principal empecilho para encontrar o respaldo teórico de alguns indicadores e critérios de análise, o que contribuiu para que a experiência das pesquisadoras face a estudos turísticos se sobressaísse aos fundamentos teóricos consultados.

Porém se faz necessário o equilíbrio e a harmonia entre as diversas dimensões que compõem a sustentabilidade de uma localidade, quando se objetiva seguir em direção ao desenvolvimento sustentável. Em relação à avaliação da sustentabilidade, observou-se como principal limitação a indissociabilidade destas. A definição do que é cada dimensão é restringida devido à ausência de estudos específicos que contemplem estas individualmente, além da complexidade dos temas, sendo estes os principais empecilhos para avançar em relação à compreensão das dimensões da sustentabilidade.

Considera-se relevante que a proposta teórica apresentada nesse artigo seja validada em destinos turísticos e que seja aprofundada a discussão a respeito das dimensões da sustentabilidade individualmente, para que outros indicadores e critérios de análise possam ser evidenciados.

Uma vez estabelecidas as relações entre o ciclo de vida de destinos turísticos e a sustentabilidade da localidade, ter-se-á a oportunidade de pensar na durabilidade da atividade turística com foco nos princípios do desenvolvimento sustentável. Assim, tais resultados fornecerão aos gestores e aos atores locais de destinos turísticos uma análise da (in)sustentabilidade do lugar.

5 REFERÊNCIAS

AGARWAL, S. Restructuring seaside tourism the resort life cycle. *Annals of tourism research*. v. 29, n. 1, p. 25-55, 2002.

AGARWAL, S. The resort cycle and seaside tourism: an assessments its applicability and validity. **Tourism Management**. v. 18, n. 2, p. 65-73, 1997.

BARRETO, Margarita. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. **Horizontes Antropológicos**, v.9, nº. 20, p.15-29, Porto Alegre: out./2003.

BARROS, N. C. Expansão Turística, Dinâmica Espacial e Sustentabilidade das destinações no Litoral do Nordeste do Brasil. **Turismo Visão e Ação**. v. 7, n. 2, p. 241-256, maio/ago. 2005.

BELLEN, Hans Van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2002. 279 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, Departamento de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2002.

BENI, M. **Políticas e planejamento do turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BURSZTYN, I. BARTHOLO, R. DELAMARO, M. Turismo pra quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R. SANSOLO, D. G. BURSZTYN I. (Orgs.) **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 76-91.

BUTLER, R. Issues in applying carrying capacity concepts: examples from United Kigdom. In: COCCOSSIS, H. MEXA, A. **Planning and management for tourism growth is becoming essential in the context of sustainable development**. 1. ed. 2004, cap. 7 p. 135-150.

BUTLER, R. The Concept of Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources. **Canadian Geographer**. v.24, n.1, p. 5-12, 1980.

BUTLER, R. Tourism in the future: cycles, waves or wheels? **FUTURES**, 2009. disponível em: <www.elsevier.com/locate/futures>. Acesso em: 31 mar. 2009.

CÂNDIDO, G. A. **A aplicação das dimensões do desenvolvimento sustentável e os níveis da competitividade sistêmica**: um estudo comparativo entre regiões produtoras de calçados no Brasil. 2004. 210f. Tese submetida para concurso de provas e títulos para professor titular. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

CHAMBERS R.; CONWAY G. **Sustainable rural livelihoods**: practical concepts for the 21st century. Institute of Development Studies Discussion Paper, n. 296, 1992.

CORDEIRO, Itamar Dias; KÖRÖSSY, Nathália; PARTIDÁRIO, Maria do Rosário. Metodologia da Pegada Ecológica para Avaliar o Turismo Sustentável: Uma aplicação ao caso da Região Autônoma dos Açores (Portugal). **Revista Turismo Visão e Ação**. v. 12, n. 3, 2010.

CORIOLANO, L. N. M. T. O turismo comunitário no Nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R. SANSOLO, D. G. BURSZTYN I. (Orgs.) **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 277-288.

CORIOLANO, L. N. M. T. Os limites do desenvolvimento e do turismo. **Revista Pasos**, v. 1, nº 2, 2003.

DELAMARO et al. Turismo nas fazendas históricas do Vale do Paraíba Fluminense: Um estudo sobre a sustentabilidade. **Caderno Virtual de Turismo**. V. 2, N. 4, 2002.

FALCÃO, M. C. F.; FARIAS, C. S.; GÓMEZ C. R. P. Indicadores de Sustentabilidade para Destinos Turísticos: Uma Análise Comparativa. In: **XI Encontro Nacional de Gestão e Meio Ambiente (ENGEMA)**, 2009, Fortaleza.

FALCÃO, M. C.; SANTOS, C. F. O.; GOMEZ, C. R. P. **Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**: Inovação e Desenvolvimento para Destinos Turísticos - O Caso de Porto de Galinhas, Brasil. **Pasos (El Sauzal)**, v. 7, p. 433-450, 2009.

FARIA, D. M. C. P. Impacto do turismo em um destino a partir da perspectiva da economia convencional e ecológica. **Revista Acadêmica do Observatório de Inovação do Turismo**. v. 2, n. 3, set. 2007.

FOLADORI G. **Sustentabilidad Alternativa**. Uruguay: Coleccion Carbichui, 2005.

FRATA, A. M. **Ciclo de vida do destino turístico do Município de Bonito em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande. Departamento de Economia e Administração. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2007, 114p. Dissertação de Mestrado.

HERCULANO, S. C. A qualidade de vida e seus indicadores. **Ambiente e Sociedade** v.1, n. 2, 1998, p.77-99.

HOVINEN, G. R. Revisiting the destination lifecycle model. **Annals of Tourism Research**, v. 29 n. 1, p. 209-230, 2002.

IRVING, M. A. **Turismo**: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.

JACOBI, P. "Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade". **Cadernos de pesquisa**. v. 113, p. 189-205. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, março, 2003.

LUNDTORP, S. and WANHILL, S. (2001). "The Resort Lifecycle Theory: generating processes and estimation". **Annals of Tourism Research** (28), pp. 947-964.

MARTINS, Maria de Fátima; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. **Índice de desenvolvimento sustentável para municípios (IDSM)**: metodologia de cálculo e análise do IDSM e a classificação dos níveis de sustentabilidade para espaços geográficos. João Pessoa: Sebrae, 2008.

MTUR - MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional do Turismo 2007-2010**: uma viagem de inclusão. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://institucional.turismo.gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 2009.

PAIVA, Maria das Graças Menezes V. **Sociologia do Turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

PIRES, E. V.; DIAS, R. Aplicações do modelo de ciclo de vida da destinação ao caso de Monte Verde, sul de Minas Gerais, Brasil. **Observatório de Inovação do Turismo – Revista Acadêmica**. v. IV , n. 2, Jun. 2009.

ROCHA, J. D.; BURSZTYN, M. A. A importância da participação social na sustentabilidade do desenvolvimento local. **Interações**, Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 7, n. 11, set. 2005.

RODRÍGUEZ, J. R. O. LÓPEZ, E. P. e ESTÉVEZ V. Y. The sustainability of island destinations: tourism area life cycle and teleological perspectives. The case of Tenerife. **Tourism Management**. v. 29, p. 53-65, 2008.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia**: Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Claudinete F. O. et al. Políticas públicas para o turismo sustentável: uma análise do cenário pernambucano. In: X Encontro Nacional de Gestão e Meio Ambiente. **Anais do X ENGEMA**, Porto Alegre, 2008.

SEPÚLVEDA, Sérgio et al. **Metodología para estimar el nivel de desarrollo sostenible de los territorios rurales (El Biograma)**. Brasília: IICA, 2005.

TOOMAN, L. A. Applications of the lifecycle model in tourism. **Annals of Tourism Research**. v. 24, p. 214-234, 1997.

TRENTIN, Fábila; SAN SOLO, GRUBER, Davis. **Políticas públicas de turismo e indicadores de sustentabilidade ambiental**: um estudo sobre Bonito – MS. Turismo - Visão e Ação - vol. 8 - n.1 p. 61 - 74 jan./abr. 2006.

VECCHIATTI, K. Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura. **São Paulo em Perspectiva**. v. 18, n. 3, jul./set. 2004, p.90-95.

WEAVER, D. B. A broad context model of destination development scenarios. **Tourism Management**. V.21, n. 3, Jun. 2000, p. 217-224.